

MACHADO, F. T. M.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. F. (Org.). 2022. *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Caio Lopes Pessoa de Mendonça

O livro “Junho e 2013: sociedade, política e democracia no Brasil”, organizado por Tavares, Ballestrin e Mendonça, traz em sua introdução o intuito do trabalho, explicado no sentido de levantar importantes aspectos das manifestações de junho de 2013 no Brasil, através de diferentes perspectivas mobilizadas pelos autores que escrevem os capítulos que compõem o livro, sem impor um único sentido de explicação para tal fenômeno, e também sem transformar o benefício do tempo em explicações causais e conjunturais. Tal evento formou uma base de dissenso na qual é tomado como objeto por diferentes analistas sempre em constante debate interpretativo, o que sugere que é um objeto complexo que possui muitos atravessamentos e pode ser observado por meio de várias lentes analíticas. É importante lembrar que também é um objeto de disputa política narrativa não apenas por estudiosos que se debruçam sobre o tema, como também pela esfera pública no geral.

Nos primeiros três capítulos, os respectivos autores fornecem ferramentas conceituais valiosas para a análise de junho de 2013, seja por meio da lente do acontecimento, pela lente das emoções ou por uma visão pós-estruturalista do evento. Os capítulos 4 e 5 exploram o fenômeno a partir do conflito na esfera econômica, e os três últimos aprofundam o olhar sobre os conflitos brasileiros nos últimos anos, enfatizando o papel exercido pelas classes dominantes, a interação entre diferentes campos de ação identificados e a dinâmica de ciclos que atravessa a agenda de confrontos no Brasil até hoje.

O primeiro capítulo sugere a articulação de diferentes autores sobre o conceito de acontecimento. O acontecimento pode ser entendido como uma ocorrência que gera sentidos impactando a experiência dos sujeitos em um dado contexto histórico, ficando marcado em um quadro temporal. Suscita diferentes questões ao redor de si e também revela sentidos sobre o mundo em que está inscrito. Tal conceito não busca explicações totalizantes do evento, não podendo fornecer conclusões definitivas, mas busca reconhecer a complexidade do fenômeno sem retirá-lo do contexto histórico. O segundo capítulo traz a importância de compreender o mundo social através da emoção, levantando a questão de que nossa experiência emocional relaciona-se com a forma com que experienciamos o mundo e ajudamos a construir. A jornada de manifestações de junho de 2013 não apenas sugere apontar para frente, mas também para trás, no sentido de iluminar a experiência dos brasileiros no que toca ao processo de redemocratização.

Já a leitura pós-estruturalista do evento, presente no terceiro capítulo, supõe compreender que não existem pré-determinações para os acontecimentos; isso se relaciona com a negação de essencialismos no sentido que existe uma constante construção da realidade capaz de ser apreendida em seu decorrer, não sendo possível, portanto, a interpretação que atribui sentidos a priori, tomando como base análises universais e imputando relações de causa e efeito. A partir desse olhar, as jornadas de junho de 2013 não tiveram nenhuma pré-condição, mas estão ligadas a uma série de acontecimentos, tal como o aumento das passagens e a convocação para as ruas, junto a processos como o esgarçamento do discurso democrático brasileiro pós-ditadura. Junho de 2013 constitui uma virada que, dentro da perspectiva pós-estruturalista, denomina-se ruptura do regime de verdade, ou seja, existe um processo contínuo de construção de verdades na sociedade, passível de sofrer mudanças. No Brasil, há uma construção de discursos com a redemocratização pós-ditadura que, ao longo da primeira década do século XXI, começaram a perder força. Esta data indica o ponto de virada porque

configura uma fragmentação dos discursos que posteriormente abrem espaços a novos, como a legitimidade conquistada de identificação com ideais de extrema-direita e/ ou antidemocráticas, criando um novo espaço discursivo na sociedade.

No quarto e quinto capítulos, os autores abordam a questão econômica. Em primeiro lugar, torna-se necessário entender as manifestações tendo em mente a dinâmica de classes e o conflito distributivo que marcaram as reivindicações pouco claras dos protestos em questão. A intensificação de conflitos de interesses ao redor das políticas econômicas durante os governos petistas reflete o impacto diverso que tiveram nos diferentes setores da sociedade, disso resultou protestos policlassistas muito heterogêneos baseados em diferentes temas como a ausência de melhora dos serviços públicos, a política de gastos do governo, e a deflagração de esquemas de corrupção ao longo dos anos anteriores. Isso ainda se relaciona ao desenho federativo-tributário brasileiro, instaurado durante o processo de redemocratização em 1988, que deu pouca autonomia para os municípios resolverem os conflitos políticos tributários, o que impactou a participação social com a sensação crescente de frustração da população frente ao sistema de arrecadação e gastos públicos. Vale dizer que iniciativas sociais de gerar maior participação política, principalmente ao longo dos governos do PT, deixaram de fora a questão tributária, fator central que atravessou as jornadas de junho de 2013.

Os três últimos capítulos aprofundam a dinâmica de conflitos que interpelam as jornadas de protesto em 2013. É apontado no sexto capítulo a importância de analisar também movimentos concorrentes e opostos dos protestos de movimentos sociais em 2013, e neste sentido é fundamental o papel que as classes dominantes brasileiras tiveram. Desde antes de 2013 é possível vislumbrar o processo gradual de crescente protagonismo de classes dominantes que, em 2013, não direcionaram revolta contra os movimentos sociais diretamente, mas sim contra o governo e o sistema político



considerados maleáveis às demandas reivindicadas pelos movimentos sociais. O capítulo seguinte já observa a interação entre diferentes campos políticos em 2013, em que grupos de distintas orientações ideológicas ocupam o mesmo espaço de protesto. Em paralelo à leitura pós-estruturalista dos eventos de 2013 no terceiro capítulo, é entendido aqui tal fenômeno político como um marco que simboliza a desestabilização do ciclo democrático brasileiro a partir de 1988, configurando um processo de abertura societária.

Quanto ao último capítulo, os autores refletem sobre a sobreposição de diferentes ciclos políticos e econômicos ocorrida através de mudanças políticas, econômicas e sociais. Neste sentido, os ciclos de protestos são indicados no capítulo como importantes indicadores sobre o cenário em que fazem parte e também como produtores de mudanças, podendo afetar a esfera política e econômica. Por conseguinte, é possível aferir sobre o evento de junho de 2013, como também eventos políticos posteriores, como as manifestações pró-impeachment de 2015, a consumação do impeachment e a eleição de Jair Bolsonaro, como fim do ciclo político marcado pela redemocratização.

Por fim, conclui-se que o livro traz importantes contribuições na leitura da onda de manifestações que atingiu o Brasil em 2013. Traz a tona relevantes atravessamentos, levando em consideração um consenso de que junho de 2013 faz parte de um processo no qual o desenho do sistema político democrático, em vigor no Brasil desde 1988, transforma-se profundamente. As investigações presentes no livro carregam reflexões sobre o próprio modelo democrático brasileiro e os conflitos políticos que fazem parte dele, e oferecem perspectivas sobre o teor dessas profundas transformações no país, em que pese não só a identificação de avanços e retrocessos dos ideais democráticos nos últimos anos, mas sobretudo a percepção de um processo de deterioração da democracia brasileira no passado recente. A eleição de um candidato de extrema-direita e de forte viés autoritário e religioso, em 2018, levou a uma série de efeitos negativos sobre o combate às enormes



desigualdades existentes no país e a busca por uma sociedade mais inclusiva. Apontar junho de 2013 nesse processo, até chegar aos quatro anos de governo de extrema-direita, de 2018 a 2022, compreende entender a importância desse evento em uma dinâmica de profundas mudanças mais amplas que tiveram efeito sobre a qualidade da democracia no Brasil.